

TRABALHO E TRABALHADORES NO CAMPO: DESVENDANDO A REALIDADE NO VALE DO SÃO FRANCISCO¹

Raimunda Áurea Dias de Sousa
Prof^ª Assistente da UPE/Campus Petrolina-PE
Doutoranda – UFS – Universidade Federal de Sergipe
aureasouza@hotmail.com

RESUMO

O tema trabalho tem adquirido nos últimos anos um grande destaque dentro da Ciência Geográfica, não por ser uma nova corrente do pensamento, mas por permitir compreender a realidade social em que se encontra a classe trabalhadora no Brasil, particularmente, os trabalhadores camponeses. Entender o ser camponês na totalidade como um sujeito a partir do seu movimento contínuo de avanço e recuo requer uma leitura geográfica e uma análise a partir da contradição capital-trabalho, ou seja, é necessário compreender que no sistema capitalista, um não vive sem o outro, porém são contrários por natureza e travam, no processo da produção, uma luta de interesses, pois enquanto um busca acumulação crescente de lucro, o outro luta pela terra como condição de autonomia, de liberdade. Dentro dessa perspectiva, compreende-se não o fim do camponês como apregoa muitos teóricos, que ao legitimarem a globalização como o único modelo econômico viável, negam a existência da classe por considerarem que a expansão do capitalismo na cidade e no campo, por si só, é capaz de corrigir as desigualdades existentes acabando com os conflitos. Outros estudiosos entendem que o campesinato é uma criação das relações contraditórias do capitalismo. Contudo, a produção camponesa encontra-se subordinada ao capital, mas ele resiste o controle hegemônico da globalização e procura nas relações não capitalista de produção ser criado e recriado como forma de resistência ao sistema do capital. O camponês, enquanto, sujeito nega a condição de liberdade apresentado pelo capitalismo - ser livre para vender sua força de trabalho. Para ele, a única liberdade está na terra, que não é uma propriedade individual capitalista e sim uma propriedade familiar, portanto, coletiva. Com base nesse contexto, procura-se analisar as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores do Vale do São Francisco, especialmente, nos Perímetros Irrigados de Petrolina – PE. Contudo, a presente pesquisa, ainda em andamento, tem como objetivo, compreender a real situação em que se encontram os trabalhadores camponeses no Vale

¹O presente trabalho faz parte dos estudos desenvolvidos para tese do doutorado que tem como tema ainda em construção: “As novas configurações no Espaço Agrário nas contradições capital-trabalho”. É uma pesquisa vinculada ao Grupo de Pesquisa da UFS – Universidade Federal de Sergipe: **Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Re-ordenamentos Territoriais**, sob orientação da Prof^ª Dr^ª Alexandrina Luz Conceição.

desterritorializados do seu chão a partir da apropriação do território pelo capital mediante a implantação da agricultura irrigada.

Palavras chave: Trabalho; terra; camponês.

INTRODUÇÃO

Com o avanço do sistema do capital nos últimos anos, tornou-se relevante compreender ainda mais, a importância do trabalho como elemento central da sociabilidade humana, não da forma que é apregoada pela sociedade burguesa, mas como condição da existência, da realização e por isso, ponto de partida para humanização do ser social.

Dentro desse contexto, é imprescindível entender que, para aumentar sua lucratividade em escala mundial, o capital propiciou alterações profundas nas relações de trabalho (superexploração, precarização, sujeição, desemprego etc) com o intuito de desarticular cada vez mais a classe trabalhadora, camponesa e operária. Agindo dessa maneira, evidencia a crença que só a globalização nos moldes que se encontra na atualidade é capaz de gerar “desenvolvimento” e que os trabalhadores devem aceitar suas condições degradantes de vida muito naturalmente.

Na cidade e no campo tem-se evidenciado as marcas da reestruturação produtiva do capital, pois para este não há limites para sua produção e reprodução ampliada. Enquanto nos centros urbanos a intensificação da concentração do capital tem promovido o crescimento extraordinário da urbanização seguido das maiores taxas de favelização e de desemprego da população trabalhadora, nos campos, esses fundamentos se expressam em nível mundial de maneira também contundente e diferenciada, amparado, pois, de forma mais ou menos direta ao modelo agroexportador vinculado aos programas de ajustes estruturais do Banco Mundial (BM), do Fundo Monetário Internacional (FMI) e no regime de livre comércio da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Tendo como base essa lógica, entende-se que o sistema do capital ao expandir-se no espaço rural por meio do agronegócio nega o *ser* camponês com todos os seus elementos de produção, porque o padrão hegemônico de desenvolvimento determina a adoção de produção, de insumos, de tecnologias, de rotinas e de relações de produção,

que não respondem historicamente aos anseios da autonomia e da preponderância da organização familiar do trabalho. Essa realidade impõe aos camponeses o impasse de classe: negar o modo de vida camponês de reprodução social, e aceitar o modelo capitalista que é sua transformação em agricultores familiares em escala empresarial, ou se proletarizarem

Assim, o camponês passa a sujeitar seu trabalho e de sua família as regras do capital permitindo que o mesmo monopolize sua terra, pois em muitos casos, é a forma encontrada de permanência no campo, uma vez que, tal sistema quando não retira a terra, retira sua renda, ou seja, os frutos do trabalho.

É nesse sentido, que o camponês será tratado dentro desse estudo como um trabalhador. Nessa perspectiva, pensar esse sujeito como tal que não vende sua força de trabalho, que é proprietário dos meios de produção e ainda trava batalhas para ter a terra, contraria o modelo atual de entendimento da classe trabalhadora que tem como base somente o operariado. O camponês se diferencia dos demais, porque a condição de sua existência está na terra e não nas relações assalariadas, assim ele luta por uma sociedade anticapital que será possível com a solidariedade de toda classe trabalhadora, operária e camponesa.

A referida pesquisa, faz parte dos estudos que estão sendo desenvolvidos para tese de doutorado e tem como metodologia, a princípio, analisar os sujeitos sociais envolvidos no território em disputa (grande capital, camponeses trabalhadores, proprietários de terra e movimentos sociais). Busca-se ainda, reflexões nas “leituras” que vem sendo realizadas sobre a dinâmica no espaço agrário brasileiro com destaque para o tema trabalho. Dessa forma, os estudos ocorrem dentro da perspectiva do método dialético considerando ser indissociável analisar o campo fora totalidade das relações sociais, sob a égide do modo de produção capitalista, onde tal especificidade só faz sentido se inserida na totalidade.

Ressalta-se que, a modernização da agricultura voltada para o agronegócio, tem permitido somente ao capital grandes ganhos, enquanto as famílias camponesas proprietárias de terra ou não, estão na luta acirrada contra o capital, pois é na sua lógica

de reprodução que a miséria é estabelecida evidenciando a outra face do “desenvolvimento”.

O TRABALHADOR CAMPONÊS – UMA ANALISE TEORICA DO TERMO

Analisar o camponês como trabalhador é imprescindível refletir a respeito da importância do trabalho que ao longo dos anos deixa de ser primeiro uma necessidade vital para gerar riqueza que sustenta a sociedade capitalista. De acordo com Marx (2010 p.11) o trabalho pode ser assim definido:

[...] é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, como sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana.

Dentro dessa análise, o autor esclarece que por meio do trabalho os homens não apenas constroem materialmente a sociedade, mas também lançam as bases para que se construam como indivíduos e isso ocorre desde os povos primitivos, quando os homens transformavam a natureza e o objeto dela retirado era transformado em valor de uso.

A transformação do trabalho de valor de uso - primeira necessidade, em *valor* passa a ser evidenciado de forma contundente a partir da Revolução Industrial, quando o objeto deixa de ser de uso, adquire um valor e passa a ser vendido – mercadoria. A força de trabalho transforma-se em mercadoria, ou seja, os trabalhadores trocam sua mercadoria – força de trabalho – pela mercadoria do capitalista – o dinheiro. Aquilo que era uma finalidade básica do ser social – a busca de sua realização produtiva e improdutiva no e pelo trabalho, transfigura-se e se transforma. O trabalho assume a forma de trabalho alienado e se torna assalariado, entendendo por salário “a soma em dinheiro que o capitalista paga por um determinado tempo de trabalho ou pela prestação de um determinado trabalho” (MARX, 2006 p. 34).

Entende-se que é o trabalho e não capital que gera riqueza, pois de nada vale ao capitalista possuir os meios de produção se não tem o trabalho e por sua vez o trabalhador tem a força de trabalho mais não tem as ferramentas e materiais, assim os dois travam uma relação de troca.

É importante esclarecer que o trabalhador é, portanto, um ser aparentemente livre e dono de sua força de trabalho que no modo de produção capitalista é mercadoria. Segundo Marx (2010 p. 57) a mercadoria é entendida como,

[...] antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estomago ou da fantasia. Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção.

Diante do conceito, compreende-se que a mercadoria é consumida e que essa lógica não serviria aparentemente para o trabalho humano. Contudo, a força de trabalho para ser convertida em mercadoria necessita separar o trabalhador dos meios de produção e do produto produzido.

Tal realidade teve início anteriormente ao capitalismo, mas é na Revolução Industrial que o trabalhador é transformado em operário, ao tempo que se cria um mercado mundial e um mercado da força de trabalho com intuito de aumentar a produção que, por sua vez intensificou a divisão social do trabalho. “O capitalista põe-se então a consumir a mercadoria que ele comprou, a força de trabalho, isto é, ele faz o portador da força de trabalho, o trabalhador, consumir os meios de produção mediante seu trabalho”. (p.47)

No processo do trabalho, o trabalhador necessita empregar força produtiva, física ou intelectual – trabalho abstrato de modo que o trabalho adquira um caráter útil. No intercâmbio metabólico entre homem e natureza tem-se a condição para produção de coisas socialmente necessárias, trabalho concreto. Essa lógica, já não pode ser empregada no sistema do capital, momento que o trabalho já não é o da realização, o vital, ele é apenas abstrato de valorização do capital.

Tendo como base essa abordagem teórica sobre o trabalho e o valor da força de trabalho na sociedade capitalista, como incluir o camponês na atualidade como um trabalhador se ele é diferente do operário por ser possuidor do seu principal instrumento de trabalho – a terra, assim aparentemente não é “patrão” nem “empregado” e quando é expropriado entra na luta acirrada pela terra de trabalho por negar o assalariamento?

Inicia – se a argumentação tendo como base a análise de Shanin (2008).

A economia familiar tem seus próprios modelos, suas próprias estruturas e seu próprio significado primordial que não desaparece. Por isso, sob certas condições, a economia camponesa é mais eficiente do que economias não-camponesas. Os membros da família e o modelo familiar básico de bem-estar econômico estão envolvidos de forma particular num sistema de uso do trabalho que não é trabalho assalariado, mas trabalho familiar. Daí a sua capacidade para resolver problemas que outros tipos de economia não resolveriam de uma maneira tão eficaz e pouco dispendiosa. (p.27).

O modelo estabelecido pela sociedade, de “classe trabalhadora” apenas para o operariado não tem razão de ser, pois segundo o estudioso a classe operaria normal não é única, o campesinato e outros grupos, nunca é como o modelo. O modelo é uma coisa, a realidade é outra.

Dentro desse contexto, compreende-se que a classe trabalhadora é composta por trabalhadores produtivos e improdutivos, os que estão no processo de valorização do capital e de criação de mais valia ou não, são aqueles que tem no trabalho a condição de sua existência. Partindo desta premissa, não se pode afirmar que o operário é um trabalhador e o camponês seja um agricultor, por exemplo. Porque assim, reduz-se o conteúdo, a essência do trabalho e a totalidade social do mesmo, seja na cidade ou no campo. Aqui, não vale uma análise positivista tendo como ponto de partida a linearidade dos fatos e os modelos estabelecidos. Modelos são apenas modelos e nunca a realidade. O importante é perceber o que cada um faz, ou seja, a realidade é que deve ser levada em conta e nela está o ponto comum entre os dois – ter o trabalho como necessidade vital, realização, valor de uso, embora no entendimento de Antunes (2006), um seja produtivo e outro improdutivo.

Assim, os camponeses diferente do operariado tem na propriedade familiar, a propriedade direta de instrumento de trabalho por parte de quem trabalha. Isso é um tanto contraditório quando se emprega a dialética, utilizando-se da lei da unidade e da luta dos contrários tendo como base - capital e trabalho. Um precisa do outro para reproduzir-se, porém, a libertação do trabalhador do sistema de exploração dominante imposto dar-se-á somente com a eliminação da propriedade privada dos meios de produção. De acordo com essa análise, a propriedade camponesa fugiria do objetivo que é exposto nesse estudo. Todavia, “trabalho, terra, família, formam a unidade das contradições, unidade que contém a sua própria sobrevivência”. (CONCEIÇÃO, 1993 p. 129)

Contudo, é importante, explanar que a propriedade familiar, embora propriedade privada, não é propriedade individual e sim coletiva o que a diferencia de uma propriedade capitalista que tem por função assegurar ao capital o direito de explorar o trabalho; é fundamentalmente instrumento de exploração. Nesta, o trabalho assalariado cria capital, “quer dizer, propriedade que explora o trabalho assalariado e que só pode se multiplicar se criar mais trabalho assalariado que possa ser novamente explorado” (MARX, 2008 P. 33). Para Martins (1982 p. 59) a propriedade familiar “não é propriedade capitalista; é propriedade do trabalhador. Seus resultados sociais são completamente distintos, porque nesse caso a produção e reprodução das condições de vida dos trabalhadores não é regulada pela necessidade de lucro do capital” (...). Para Conceição (1993), “relação trabalho-consumo está a lógica da economia camponesa, ter a posse da terra, trabalhar para a sua substância, da e com a família”. (p. 129)

Para o trabalhador camponês, a terra é a única possibilidade de autonomia e liberdade, pois o seu trabalho é regulado de acordo com a necessidade da família. Conforme Chayanov (1981) na unidade de trabalho familiar a intensificação do trabalho pode ocorrer mesmo sem alteração na situação de mercado, simplesmente pela pressão das forças internas da unidade, quase sempre devido ao tamanho da família ser desfavoravelmente proporcional à extensão de terra cultivada.

É importante reforçar, que no processo de avanço do capital é necessário a separação do trabalhador dos seus instrumentos de trabalho com o intuito de evitar que o trabalhador deixe de trabalhar para si e passe a trabalhar para o capital.

No campo, a reprodução ampliada do capital não se dá somente pela expropriação da terra, mas pela subjugação do trabalho pois é ele que gera riqueza. Isso pode ocorrer, segundo Martins (1982) de duas formas: **a)** o capital subordina o camponês, controlando os mecanismos de financiamento e comercialização, suas necessidades e possibilidades econômicas e sociais, começam a ser reguladas e controladas pelo capital, como se ele não fosse proprietário da terra, como se fosse um assalariado do capitalista; **b)** o trabalhador perde a propriedade de seu instrumento de trabalho - a terra. Assim, terá que vender sua força de trabalho para o capitalista que é agora quem tem esse instrumento.

O capital deve manter seu impulso inexorável em direção aos seus alvos auto-expansivos, por mais devastadoras que sejam as conseqüências, ou, do contrario perde a capacidade de controlar o metabolismo social de reprodução. Não há interposição, nem sequer a mínima atenção às considerações humanas. Eis porque emerge pela primeira vez na história um sistema dinâmico – e dinamicamente destrutivo em suas implicações últimas – de controle sociometabólico auto-expansivo, que elimina cruelmente, se necessário, a esmagadora maioria da humanidade do processo de trabalho. Esse é hoje o significado profundamente perturbador da “globalização”. (MÉSZAROS, 2006 p. 146)

Diante da realidade exposta, o capital cria suas próprias contradições: mobilidade do trabalho como algo positivo do “ser livre” e a luta pela terra de trabalho que é nada mais que a luta contra o capital.

AS FORMAS DE SUJEIÇÃO DO TRABALHO NO VALE DO SÃO FRANCISCO

A partir dos anos de 1950, o Estado movido pelo discurso da “modernização”, considerava o Nordeste uma região pobre, atrasada e que a criação das grandes obras propiciaria o desenvolvimento e, com ele, o “emprego”. É dentro dessa concepção que o Vale do São Francisco vai sendo moldado para permitir a apropriação capitalista no campo e na cidade e com ele novas formas de trabalho, particularmente no campo, através da criação de barragens e dos Perímetros Irrigados.

Serão analisados nesse estudo, as formas de sujeição de trabalho no campo, não por ser mais importantes que a cidade e sim porque o capital na busca por novos mercados tem encontrado atualmente no espaço rural, condições de se produzir e reproduzir tendo como ponto central a *terra cativa*.

É importante explicar, que o sistema capitalista não avança sem mostrar suas contradições. Assim, ao passo que cria formas sociais capitalistas de trabalho, cria também formas sociais não capitalistas. Estas, coexistem no mesmo espaço, portanto, a forma não é um atributo sem importância, supérfluo, das relações que as criam, ela passa a ser o próprio conteúdo. Este, ao mudar, força mudanças na forma. Ela, por sua vez atua sobre o conteúdo, estimulando e acelerando o seu desenvolvimento, quando tem correspondência com ele. Quando não, surge a contradição, com a destruição da forma obsoleta e o novo conteúdo adquire uma nova forma.

Novas formas, revestidos de novos conteúdos, tem marcado as relações de trabalho no Vale a partir da implantação da agricultura irrigada, uma vez que o discurso sustentava-se no surgimento do “novo” do “moderno” em contraposição ao “velho” ao “arcaico”. Desse modo, o Harvey (2008) explica que o efeito da inovação continua é, no entanto, desvalorizar, senão destruir, investimento e habilidades do trabalho passado. “A destruição criativa está embutida na própria circulação do capital” (p.102).

Anterior à política de “desenvolvimento”, o camponês não só possuía a terra como instrumento de realização do trabalho, como tinha autonomia na produção, pois ela não era regulada pelo sistema do capital. Atualmente, o capital tem promovido a sujeição e a subordinação das relações de trabalho no campo, explorando tanto o trabalho daqueles que foram expropriados como daqueles que são donos apenas nominal da terra.

A necessidade de obter muitos ganhos, concretizou no Vale a aliança entre capital-Estado-trabalho e dela resultou a conquistas de novos mercados, o que significa apropriar-se não só do mercado interno como também do externo na medida que “o progresso implica a conquista do espaço, a derrubada de todas as barreiras espaciais e a aniquilação [última] do espaço através do tempo”. (HARVEY, 2008 p. 190).

Seguindo essa linha de raciocínio, é possível entender o conceito do “tempo de giro do capital” quando compreende-se que o tempo da produção está associado ao tempo da circulação da troca. Assim, quanto mais rápido a recuperação do capital posto em circulação, tanto maior o lucro obtido. Logo, é o espaço o garantidor do movimento geográfico do capital e do trabalho. Ressalta-se que, a procura por locais vantajosos impulsiona a mobilidade do capital e do trabalho, revolucionando a divisão territorial e internacional do trabalho.

Destaca-se mais uma vez, que a modernização da agricultura, alterou as relações de trabalho a tal ponto, que o capitalista admite ser o trabalhador do Vale mais preparado, mais adequado, mais treinada a trabalhar em empresas que tem selo de certificação de qualidade do produto, do que qualquer região considerada desenvolvida do Brasil. Assim, muitas delas como é o caso da Fazenda Prittan, mantém as relações de trabalho com os trabalhadores a partir do chamado “comércio justo” que é um modelo europeu, muito presente entre os agricultores familiares. Segundo o sócio da referida fazenda, a partir do comércio justo, os trabalhadores ganham por cada kg de um determinado cultivo, uma quantia em dólar que é destinada a associação dos próprios trabalhadores. Com base no que é recebido, eles decidem o que fazer com o dinheiro. Além dessa bonificação que é controlada pela Europa, recebem um outro prêmio, caso cumpram as metas estabelecidas pelo empresário, além da produção que o mesmo deve manter diariamente.

Percebe-se a partir dessa realidade, que esse é um dos tipos de trabalhador que a modernização formou, um trabalhador jovem em média 28 anos, segundo entrevista realizada pelo o sócio da fazenda em 16.05.2010. Evidencia-se dessa maneira, que esses jovens são filhos de camponeses que não conseguiram se reproduzir em sua própria terra.

O discurso da modernização do campo, ao tempo que reforça o processo da monopolização e da territorialização do capital, acentua a expulsão dos camponeses da unidade de produção familiar, à medida que permite o processo de subsumção do trabalho ao capital. Desprovidos de possibilidades da terra como condição de vida, o Estado, pela coação, impõe um discurso velado da submissão ao capital à media que favorece a crescente mobilidade do trabalho. (CONCEIÇÃO, 2007 p. 79)

Nota-se, portanto, que o discurso de modernidade surge com o paradigma do “progresso” e se constitui como condição desse progresso, ou seja, do “novo”. Baseados nessa idéia e no mito do progresso entende-se que ele só é possível a partir do trabalho, portanto, só o trabalho assalariado emancipa e garante a produção. Contrário à essa lógica está a lógica camponesa. “O trabalho assalariado é a negação desta autonomia, logo, o amor à terra está ligado à sua condição de vida nesta terra; enquanto há condição de apropriação, há a resistência à sujeição do trabalho ao capital”. (CONCEIÇÃO, 1993, p. 129). A autora continua a argumentar que a “condição para a não proletarização é a apropriação dos meios de produção: terra, ferramentas, sementes, adubos etc, são a garantia do não assalariamento”. (p. 129).

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O Sentido do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2006

CHAYANOV, Alexandre V. **Sobre a Teoria dos Sistemas Economicos não Capitalistas**. In **A questão Agrária**, org. José Graziano da Silva e Verena Stalcke, São Paulo: Brasiliense, 1981.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **Jovens Andarilhos no curto ciclo do capital**. João Pessoa: Revista Okara: Geografia em debate, 2007. Disponível em: [HTTP://www.okara.ufpb.br](http://www.okara.ufpb.br)

_____. **A Questão Camponesa: O Olhar Sob o Signo Dialético**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 1991

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2008

MARX, Karl. **O capital**; tradução de Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (Vol. I - T. 1)

MARTINS, José de Souza. **Expropriação & Violência**. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.

Meszáros, Istvam. **O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SHANIN, Teodor. **Lições Camponesas**. In Campesinato e Territórios em Disputa org. Eliane Tomiasi Paulino, João Edimilson Frabrini. 1ª Ed., São Paulo: Expressão Popular: UNESP: Programa de Pós Graduação em Geografia, 2008.